

A METRÓPOLE COMO FÁBRICA DO SUJEITO EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TRÍADE ESPAÇO-COTIDIANO-TRABALHO

Felipe Rangel Tavares
PUC Rio, Universidade Veiga de Almeida
tavares.geo@gmail.com

RESUMO:

A metropolização é um processo de subjetivação. O processo de metropolização do espaço atua como produtor do sujeito empresarial e é, simultaneamente, condição e meio para o desdobramento de tal subjetivação. Desta forma, acentuamos a produção do espaço como estrutura fundamental de conformação da sociedade e, portanto, dos sujeitos. Nosso objetivo é analisar a relação entre metropolização e racionalidade neoliberal na instituição da empresa como modelo de subjetivação, a partir da tríade conceitual espaço-cotidiano-trabalho, focalizando o “empreendedorismo” – como dinâmica de autoformação do sujeito econômico, dando ênfase à dimensão da espacialidade.

Palavras-chave: metropolização, subjetivação, racionalidade neoliberal, empreendedorismo.

GT – 2: MetrÓpole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea.

1 INTRODUÇÃO

Ao enunciarmos uma analogia entre metrÓpole e fábrica, temos como inspiração inicial a abordagem de Hardt e Negri (2016), na obra “Bem-estar comum”. Nesta, os autores concebem a metrÓpole como o esqueleto e a espinha dorsal da multidão, ressaltando sua (bio)potência criativa, subversiva e revolucionária. Todavia, reconhecem também que a metrÓpole é o lugar da “hierarquia e da exploração, da violência e do sofrimento, do medo e da dor - um lugar patológico, perigoso e nocivo – especialmente para os pobres” (Hardt e Negri, 2016, p.286). Uma tensão entre dominação e apropriação revela-se, sendo a noção de produção, central ao conectar e aproximar a metrÓpole de uma fábrica. Produção deve ser compreendida em sua acepção ampla, não apenas àquela relacionada à produção de mercadorias que privilegia a

dimensão econômica, como também, aquela relacionada à reprodução das relações sociais de produção no espaço inteiro da vida cotidiana, desde a esfera da reprodução bio-fisiológica até a dimensão mais simbólica e imaterial. A noção de produção confere à análise a perspectiva do processo, do movimento e, portanto, da ação e do sujeito.

É a partir de tais pressupostos que sustentamos a hipótese na qual a metrópole constitui uma fábrica de um tipo de sujeito – o sujeito empresarial. Trata-se de compreender metrópole e sujeito menos como entidades reificadas, e mais enquanto processos, neste caso, de metropolização e subjetivação. Assim, anunciamos a hipótese com maior precisão: *o processo de metropolização é um processo de subjetivação*. Desta forma, acentuamos a produção do espaço como estrutura fundamental de conformação da sociedade, dos sujeitos, a partir da metropolização (um processo espacial), ao passo que delimitamos a temporalidade que marca tais movimentos: aquele referente à reestruturação produtiva e à globalização – momento em que o neoliberalismo emerge como uma racionalidade, que “tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (Dardot e Laval, 2016, p.17). A dupla de franceses, Pierre Dardot e Christian Laval, nos apresenta a racionalidade neoliberal como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (idem), isto é, a concorrência torna-se uma norma de conduta e a empresa, um modelo de subjetivação – realizando-se, principalmente, através do trabalho.

Postulamos que o processo de metropolização do espaço atua como produtor do sujeito empresarial e é, simultaneamente, condição e meio para o desdobramento de tal subjetivação. Deste modo, apontamos a construção de nosso objeto de pesquisa e apresentamos o primeiro objetivo deste artigo: analisar a relação entre metropolização e racionalidade neoliberal na instituição da empresa como modelo de subjetivação. Na primeira parte apresentamos evidências que permitem verificar os aspectos que fundamentam a hipótese e expressam a relação focalizada.

Na segunda parte, caminhamos no sentido de propor uma tríade conceitual analítica para focalizar as dimensões da relação entre a racionalidade neoliberal, a metropolização e a subjetivação. Nosso objetivo é refletir acerca dos conceitos de espaço, cotidiano e trabalho, elementos da tríade que propomos, numa perspectiva ontológica e epistemológica, pois a

articulação dos conceitos possibilita a apreensão de dinâmicas inter-relacionadas, permitindo-nos não apenas compreendê-las, como também intervir e “fundar realidades”.

2 METROPOLIZAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO SOB A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Quando Dardot e Laval (2016) versam acerca da emergência de uma “nova razão do mundo”, põem ênfase no surgimento de uma “racionalidade” nos termos de Michel Foucault, focalizando o neoliberalismo como *a razão do capitalismo contemporâneo* – plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. Ao empregar em sua análise o termo “racionalidade”, os autores apontam para a noção de “governo” como atividade que “consiste em reger a conduta dos homens no interior de um quadro e com instrumentos de Estado” (Foucault, 2008 apud Dardot e Laval, 2016). Neste sentido, longe de remeter à disciplina, os autores observam que o governo visa obter um *autogoverno do indivíduo*, isto é, produzir certo tipo de relação deste consigo mesmo a partir de técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Neste sentido, sugerimos que o processo de metropolização propicie as condições para que tais técnicas de poder se difundam espacialmente provocando as metamorfoses na sociedade. É o que podemos apreender com Lencioni (2017) a respeito da dimensão cultural do processo de metropolização que, não se restringe às áreas metropolitanas e vem acompanhado de uma profunda alteração da cultura mercantil, atingindo todas as esferas da vida e incidindo sobre espaços de todas as ordens. A autora traz como exemplo a figura do metrossexual, o homem heterossexual metropolitano, cujo modo de vida e os serviços voltados para o cultivo de sua aparência e modo de ser encontram-se na metrópole: o metrossexual é concebido como sendo exclusivamente um habitante da metrópole (Lencioni, 2017, p.48). Se toda relação social é espacial, porque a sociedade não prescinde do espaço, as técnicas de governo que visam o autogoverno do indivíduo encontram na metrópole o “solo” para a produção de uma nova subjetividade, isto é, “uma subjetivação contábil e financeira, que nada mais é do que a forma mais bem acabada da subjetivação capitalista” (Dardot e Laval, 2016, p.31). E, mais precisamente, pelo fato do processo de metropolização ser imanente ao de globalização e ao de reestruturação produtiva, como afirma Lencioni (2017), as metamorfoses do/no espaço provocadas por esses fenômenos tem sérios rebatimentos sobre as práticas espaciais dos indivíduos, suas representações, comportamentos, condutas e escolhas, principalmente, porque busca-se desenvolver, prioritariamente, as relações que visam viabilizar política e culturalmente as condições imprescindíveis para reprodução do capital. *O espaço da metropolização produz o*

sujeito metropolitano, cujas propriedades remetem às determinações históricas do momento atual. Como afirmam Dardot e Laval (2016), “estamos lidando com uma expansão da racionalidade de mercado a toda a existência por meio da generalização da forma-empresa”, sendo a metrópole – além de produto de tal dinâmica e condição para tais relações – a mediação necessária para esses processos.

Deste modo, a partir das espacialidades engendradas pela relação entre metropolização e racionalidade neoliberal, apresentamos algumas evidências a fim de fundamentarmos a instituição da empresa como modelo de subjetivação. O geógrafo britânico David Harvey (2008) observa as principais transformações político-econômicas do capitalismo na década de 1970 e 1980, reconhecendo um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. O geógrafo elenca uma série de novas experiências no domínio da organização industrial e da vida social e política, marcadas por um confronto direto com a rigidez do fordismo, levando-o a cunhar o termo “acumulação flexível”:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como em regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como, conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (...) Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 2008:140).

Essas experiências marcam o momento em que a teoria neoliberal adquire respeitabilidade mundial como um projeto político-econômico, momento em que seus principais ideólogos, Friedrich von Hayek e Milton Friedman, ganharam o prêmio Nobel de economia em 1974 e 1976, respectivamente, como demonstra Harvey (2008) – ainda que sua consolidação venha ocorrer apenas no ano de 1979, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. A doutrina neoliberal opunha-se às teorias do Estado intervencionista e é a partir do governo de Margareth Thatcher que se transforma numa “nova ortodoxia econômica de regulação pública no nível do mercado” (Harvey, 2008, p.31): enfrentando o poder sindical, atacando todas as formas de solidariedade

social que prejudicassem a flexibilidade competitiva, desmantelando e revertendo os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizando empresas públicas, reduzindo impostos, promovendo a iniciativa de empreendedores e criando um clima de negócios favorável para um induzir um forte fluxo de investimentos externos. As transformações correspondentes à reestruturação produtiva são legitimadas via institucionalização jurídico-política e científica. O processo de metropolização ilumina a dimensão espacial das dinâmicas de reestruturação produtiva e neoliberalização ao imprimir no espaço as demandas do Estado neoliberal e os aspectos jurídico-políticos da reestruturação produtiva via desregulamentação.

As mudanças nos padrões de desenvolvimento baseadas na flexibilização do trabalho, do mercado e do consumo podem ser observadas nas dinâmicas metropolitanas de difusão, concentração e centralização, que tem na desconcentração industrial e no incremento do setor de serviços, importante evidência do processo de compressão do espaço-tempo: apoiam-se no desenvolvimento de redes materiais e imateriais, que são meios de produção e estruturas imprescindíveis para garantir a integração e coesão de uma totalidade que se constitui na dispersão. Além disso, proporcionam a circulação de informações, bens, capitais e pessoas. Outra evidência, que procuramos demonstrar, é a insegurança em relação ao trabalho provocada pela imposição de regimes e contrato de trabalho mais flexíveis, levando a adoção de uma postura “empreendedora”, tanto por parte do Estado – em busca de competitividade – quanto dos trabalhadores precarizados, em busca de posicionamento no mercado.

A partir de dados compilados pela Fecomércio RJ (Federação do comércio do Estado do Rio de Janeiro) e pelo Observatório SEBRAE RJ (Serviço de apoio às Micro e Pequenas empresas do Estado do Rio de Janeiro), apresentamos algumas evidências do processo de metropolização-reestruturação-neoliberalização na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), buscando apreender as condições que contribuem para produção de uma subjetividade empresarial.

Analisando os dados publicados pelo Estudo estratégico do Observatório SEBRAE sobre mobilidade urbana e mercado de trabalho na RMRJ¹ (2013), observa-se que a metrópole contém

¹ Os municípios considerados como integrantes da Região metropolitana, neste estudo, são: Rio de Janeiro (núcleo), Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá.

12 milhões de habitantes e, destes, 46% reside na capital – grande parte na Zona Norte (39%). Dos trabalhadores da RMRJ que saem do município de residência para trabalhar, 65,4% tem como destino a cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a publicação,

Apesar da cidade do Rio e do Centro do Rio de Janeiro serem as áreas consideradas centrais, que aglutinam grande parte das ocupações e onde são tomadas a maior parte das decisões relativas ao desenvolvimento regional, existe um percentual considerável de pessoas que moram em outras localidades (54%). (...) Tendo em vista este total de pessoas que mora fora da cidade do Rio, durante o dia, entre 6 horas da manhã e 6 da noite, a capital recebe mais de 2 milhões de pessoas. Ocorre um aumento da população da cidade do Rio em aproximadamente 30%, já que poucos são moradores da cidade do Rio que saem do município para trabalhar. (SEBRAE, 2013, p.10).

O processo de metropolização caracteriza-se pelos intensos e permanentes fluxos de pessoas como evidência da dinâmica de dispersão e espraiamento territorial. A publicação também revela que $\frac{3}{4}$ da população analisada trabalha 8 horas por dia, 5 dias da semana, acarretando numa crescente parcela de tempo dos trabalhadores destinada aos deslocamentos diários casa-trabalho.

Quando versa a respeito da participação no mercado de trabalho e desemprego, o estudo estratégico do SEBRAE afirma que, as formas de inserção nas atividades econômicas são influenciadas de alguma maneira pelas condições de mobilidade das pessoas e utiliza três chaves de compreensão para reconhecer as formas pelas quais a mobilidade pode afetar o mercado de trabalho, a saber, a participação no mercado de trabalho (percentual de pessoas em idade ativa que estão economicamente ativas), desemprego (quanto menor a mobilidade de um trabalhador, menor o leque de opções que terá no mercado de trabalho) e informalidade (quando os custos de deslocamento podem não compensar a escolha por determinadas ocupações). Considerando este último tópico, de acordo com o relatório, “a inserção informal apresenta-se como uma saída para driblar os custos de deslocamento”, uma vez que há uma maior concentração de “empreendedores” nas faixas de menor tempo de deslocamento, revelando o percentual maior de trabalhadores autônomos que trabalham no próprio domicílio e indicando que “nas áreas periféricas o empreendedorismo e o trabalho autônomo funcionam como canais de absorção de mão-de-obra local” (SEBRAE, 2013, p.29), sendo o comércio o responsável por grande parte das ocupações geradas no domicílio de residência.

De acordo com o Mapa do Comércio, publicado pela Fecomércio em 2015, no período de janeiro a agosto de 2015, o setor de comércio de bens, serviços e turismo no Rio de Janeiro demitiu mais

do que contratou – o saldo total de desligamentos e admissões foi de perda de 107 mil vínculos no Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio, 2015, p.26). Entre os trabalhadores ocupados no estado, mais de um terço não possui carteira de trabalho. A maior parte dos estabelecimentos do setor concentra-se na RMRJ, com 70% de seu número total e 80% do total de vínculos empregatícios, congregando, pelo menos, os seguintes segmentos: comércio varejista, comércio atacadista, comércio de veículos (incluindo os serviços de manutenção), prestação de serviços e turismo. O setor com maiores saldos negativos, entre janeiro e agosto de 2015, foi o Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios. Os dados revelam que, no período considerado, todas as oito regiões de governo apresentaram mais demissões do que admissões.

Concordando com os dados apresentados acima, o documento publicado pelo SEBRAE, intitulado “Nota conjuntural”, de março de 2017, retoma o problema da baixa participação no mercado de trabalho e o alto desemprego no Rio de Janeiro em relação ao sudeste e ao Brasil. A queda do setor de serviços, sobretudo na periferia da Região Metropolitana, fez com o setor tivesse o pior desempenho em relação à média brasileira e ao Sudeste.

Desde 2015, a tendência de aumento da formalização no mercado de trabalho foi interrompida. Em um contexto de deterioração e destruição de postos formais, **é comum que os trabalhadores busquem o empreendedorismo como alternativa.** (Nota conjuntural SEBRAE, março de 2017, p.14). [Grifo meu].

Neste sentido, o empreendedorismo torna-se a alternativa diante do cenário de crise e desemprego no estado do Rio de Janeiro, sobretudo, na região metropolitana. Os dados revelam o aumento do trabalho por conta-própria no estado (6,1%), superando o Sudeste (4,6%) e a média brasileira (1,2%). A capital fluminense registra 22,9% de trabalhadores por conta-própria.

De maneira geral, o empreendedorismo, definido como a soma dos trabalhadores por conta-própria e empregadores, ganhou impulso no ERJ com o crescimento do trabalho por conta-própria entre 2015-2016. (Nota conjuntural SEBRAE, março de 2017, p.14).

A Nota conjuntural situa o empreendedorismo como modalidade de importância para a geração de trabalho e renda que, com a redução dos postos de trabalho com carteira assinada, cria expectativas de ganhar relevância no contexto fluminense. É por tal razão que a nota apresenta uma seção destinada a analisar o “Empreendedorismo na crise”, para acompanhar a “qualidade do empreendedorismo”, a partir de dois indicadores: a proporção de empregadores no total de empreendedores e o grau de formalização entre os empreendedores. O primeiro indicador é

construído a partir da ideia de que “o sucesso dos empreendedores é gerar emprego, passando da posição de conta-própria para a de empregador”. O segundo indicador, “grau de formalização”, é construído a partir do percentual de trabalhadores por conta-própria e empregadores-empresários que contribui para a Previdência Social. A nota apresenta que há uma diminuição do número de empregadores, explicada pela diminuição no setor de serviços e, por outro lado, um aumento da participação na contribuição à Previdência social.

Retomando as considerações finais do Mapa do Comércio (Fecomércio, 2015), destacamos alguns pressupostos para enredar nossa análise. Primeiramente, a finalidade de um “mapa estratégico do comércio” visa à integração das atividades do Sistema Fecomércio RJ e o fortalecimento do setor no Estado do Rio de Janeiro, melhorando o nível de competitividade, sendo o empreendedorismo e a livre concorrência, os valores primordiais que norteiam a atuação do comércio na economia. Para atingir seu objetivo, dois temas ganham relevância: a formação dos profissionais e a profissionalização na gestão dos negócios.

A educação dos profissionais, aqui contemplados os que atendem diretamente aos consumidores e os supervisores e gerentes de estabelecimentos, visa contribuir para a maior satisfação do consumidor (tema relevante no fator-chave Atores de Interesse do Comércio), por meio de uma cultura de excelência no atendimento ao consumidor, o aumento na produtividade e os menores custos, e, conseqüentemente, maior competitividade do comércio. A profissionalização da gestão, focada especificamente na qualificação e capacitação de empresários, empreendedores e gestores, objetiva dar foco à formação e treinamento em aspectos da gestão de negócios, desenvolvendo habilidades de negociação, tomada de decisão, administração das vendas e fluxo de caixa, por exemplo, de forma a tornar cada negócio mais forte, competitivo e sustentável; e, conseqüentemente, todo o setor. (Mapa estratégico do Comércio, Fecomércio, 2015, p.69).

É possível verificar que a Fecomércio RJ e o SEBRAE RJ, enquanto instituições voltadas ao setor de serviços, fomentam as atividades produzindo relatórios, notas e planos estratégicos que apontam para o empreendedorismo como única alternativa diante de um cenário de crise, manifestada pela redução dos postos formais de ocupação e, como o relatório do SEBRAE (2013), da questão da mobilidade urbana. O estímulo à atitude empreendedora é percebido como paradigma crucial na formação e capacitação dos profissionais que atuarão no setor de serviços quando verifica-se a proposta de desenvolver uma “cultura de excelência”, o “aumento da produtividade”, “a competição”, “habilidade de negociação e tomada de decisão” – *procedimentos que conferem ao indivíduo/sujeito toda a responsabilidade pela sucesso ou*

fracasso de sua atuação profissional, seja no âmbito de um posto formal ou no âmbito do trabalho por conta-própria – desconsiderando as relações sociais de reprodução que estruturam o mundo de trabalho na metrópole contemporânea. Trata-se de um procedimento de subjetivação: o profissional que deseja contornar a crise deve encarnar o empreendedor, comportando-se como dono ao conduzir a si mesmo como uma empresa.

Fotografia 1. O “sujeito empresarial”: trabalhadores das empresas “Uber” e “Ifood” em bicicletas do banco Itaú.



Fonte: Acervo do autor, 17 de junho de 2019.

Essas constatações vão ao encontro do “homem empresarial” discutido por Dardot e Laval (2016) a partir do mercado como processo de subjetivação e do *entrepreneurship* como modo de governo de si. Segundo os autores, a originalidade do neoliberalismo reside na relação entre as instituições e a ação individual:

O grande passo adiante dado pelos austríacos Von Mises e Hayek consiste em ver a concorrência no mercado como um processo de descoberta da informação pertinente, como certo modo de conduta do sujeito que tenta superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro. (Dardot e Laval, 2016, p.135).

Neste sentido, os autores percebem a emergência de uma nova concepção de mercado, como um processo de descoberta e aprendizado que modifica os sujeitos, ajustando-os uns aos outros, “*um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir*” (Dardot e Laval, 2016, p.140). O processo de mercado constrói seu próprio sujeito, o sujeito empresarial, evidenciando a

governamentalidade neoliberal e a questão do modo do governo de si – *o mercado é um processo de formação de si*:

O empreendedor (...) é um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não. Ele se define unicamente por sua intervenção específica na circulação dos bens. (Dardot e Laval, 2016, p.145).

O homem neoliberal é o homem competitivo, afirmam Dardot e Laval (2016) numa espécie de síntese acerca das reflexões sobre a originalidade da racionalidade neoliberal enquanto nova norma de subjetivação. Essa norma corresponde à norma da eficácia econômica num momento em que ocorre uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa, revelando, por um lado, a clássica tentativa do capitalismo em transformar o trabalhador numa simples mercadoria e, por outro lado, o contexto de medo social que facilitou a implantação da neogestão nas empresas:

A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status do trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas “novas formas de emprego” precárias provisórias, temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores em relação aos empregadores. (Dardot e Laval, 2016, p.329).

Destarte, os franceses afirmam que a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição, lançando mão de uma série de técnicas que contribuem para a fabricação desse sujeito, o sujeito empresarial. A metrópole – constituída na dispersão que coloca tudo em circulação, que dissolve as relações sociais, nega o encontro e o pertencimento, suscitando uma subjetivação alienadora – vista na perspectiva de mediação, enquanto um espaço instrumental, pode ser concebida enquanto meio de fabricação da subjetividade empresarial.

Portanto, diante da originalidade e novidade que a metropolização do espaço exerce sobre os sujeitos sob a égide da racionalidade neoliberal, ou seja, da emergência de uma subjetivação engendrada pela metropolização, desafios teóricos, conceituais e metodológicos se impõem à pesquisa que, muito mais que compreender, deseja transformar o *status quo*. Transformar para qual direção? Que horizonte? Responder às perguntas requer um arcabouço preocupado com um novo humanismo, como Henri Lefebvre direcionou suas reflexões no final da década de 1960 na

obra “o direito à cidade”. Em direção de uma nova práxis, de outras relações sociais. No que diz respeito à discussão que apresentamos, isso significa repensar o espaço, o cotidiano e o trabalho, ontologicamente e epistemologicamente, a fim de que teoria e prática estejam unificadas e sejam capazes de apreender o real e, talvez, refundá-lo. A tentativa de proceder nesta tarefa será realizada a partir da proposição de uma tríade conceitual, a saber, espaço-cotidiano-trabalho, onde busca-se apreender múltiplas dimensões dos fenômenos dentro de um movimento – metropolização-subjetivação.

3 UM PRISMA ANALÍTICO: A TRÍADE ESPAÇO-COTIDIANO-TRABALHO

Inspirados pelo pensamento de Henri Lefebvre, propomos uma tríade analítica que possibilite capturar conceitualmente determinadas dimensões da problemática em foco. Segundo Lencioni (2017), o pensamento triádico em Lefebvre decorre de sua visão triádica do mundo e de sua adjunção à visão dualista da realidade em que dois termos se contrapõem. No tratamento da realidade a partir das tríades, a autora aponta para a necessidade de localizar onde reside a contradição, onde habitam as tensões nos processos, pois são elas que imprimem o movimento da história. Deste modo, ao utilizarmos conceitos, devemos ter o cuidado de não confundi-los com o real (como sendo categorias estritamente ontológicas) nem abstraí-los totalmente da realidade, conferindo-lhes o aspecto de categorias estritamente epistemológicas, como fossem apenas constructos intelectuais. A teoria e o método que se busca é aquele cujo vetor racional dirige-se para as problemáticas do real num procedimento onde o polo ontológico e epistemológico estão co-implicados e se retroalimentam na finalidade de apreender os processos, projetá-los conceitualmente, enuncia-los e redirecioná-los – sendo este o momento do possível, da transformação. Acreditamos que a partir dos conceitos de trabalho, cotidiano e espaço possamos proceder nessa tarefa.

3.1 Trabalho

Segundo a leitura da teoria crítica de Marx efetuada por Postone (2014), o trabalho tem centralidade para a vida social, sendo uma categoria historicamente específica, mas não trans-histórica, advogando sobre o papel peculiar desempenhado pelo trabalho somente na sociedade capitalista – uma forma de mediação estruturada por uma forma historicamente determinada de prática social (o trabalho, o capitalismo) que estrutura ações, visões de mundo e disposições das pessoas. Neste sentido, no âmbito da sociedade moderna capitalista, a categoria revela-se

fundamental por iluminar a dimensão da ação (e das relações), das representações (de tais relações) e da estrutura ou configuração dos sujeitos – implicados nestas ações e representações (ou visões de mundo). A partir do conceito torna-se possível apreender como a atividade prática engendra uma série de relações. De acordo com Postone (2014), a teoria de Marx analisa a especificidade histórica do capitalismo e a possibilidade de sua superação a partir da categoria trabalho, pois, consiste na teoria como *crítica do trabalho no capitalismo*. As relações básicas do capitalismo são constituídas pelo trabalho e, reinterpretar a teoria crítica madura de Marx, “oferece uma base para uma crítica da natureza da produção, trabalho e ‘crescimento’ na sociedade capitalista, argumentando que são socialmente, e não tecnicamente, construídos” (Postone, 2014, p.21). A partir das categorias fundamentais de Marx em sua crítica da economia política – valor, trabalho abstrato, mercadoria e capital – Postone (2014) reafirma sua importância por expressarem “formas de ser”, “determinações da existência”, isto é, categoriais que

expressam as *formas básicas de objetividade e subjetividade sociais* que estruturam as dimensões sociais, econômicas, históricas e culturais da vida nessa sociedade, e são elas próprias constituídas por formas determinadas de prática social. (Postone, 2014, p.33). [grifo meu]

É a partir do trabalho que tais formas de objetividade e subjetividade (valor, mercado, capital) podem ser apreendidas pela análise crítica, não como categorias puramente econômicas, todavia, enquanto “determinações de existência”, portanto, imbricadas na prática social. A produção baseada no valor está no cerne da produção capitalista e tem no trabalho sua fundamentação – a troca de trabalho vivo por trabalho objetivado; o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado (Postone, 2014, p.40). Destarte, superar o capitalismo implica uma transformação da maneira como as pessoas trabalham, ou seja, a superação do trabalho concreto executado pelo proletariado: a abolição de um sistema de distribuição baseado na troca da força de trabalho, como uma mercadoria, por um salário, com o qual se adquirem os meios de consumo (Postone, 2014, p.44). A reinterpretação da teoria crítica de Marx empreendida por Postone (2014) é simultaneamente epistemológica e ontológica, pois a categoria trabalho é um constructo intelectual à medida que corresponde às práticas sociais objetivas e subjetivas.

Outra importante contribuição acerca do trabalho que, permite-nos iluminar a problemática da metropolização-subjetivação, situa-se em Lukács (2013) que, busca expor em termos ontológicos as categoriais específicas do ser social a partir da análise do trabalho. Para Lukács (2013) o

trabalho assinala uma transição, do ser orgânico ao ser social, isto é, por ser uma inter-relação entre homem e natureza, o trabalho assinala a transição do ser meramente biológico ao ser social no âmbito do homem que trabalha. Neste sentido, concorda com Marx ao mencionar que o trabalho é uma condição de existência do homem, pois nele estão contidas todas as determinações que constituem a essência do novo no ser social. Neste sentido, ao esclarecer todas as determinações do trabalho, poderemos ter um quadro preciso dos traços essenciais do ser social.

Para Lukács (2013) a categoria ontológica central do trabalho reside na realização de um “pôr teleológico” no âmbito do ser material enquanto surgimento de uma nova objetividade. É deste modo que o trabalho pode ser concebido enquanto modelo de toda práxis social, ainda que atravessado por mediações complexas, nunca deixa de efetivar um pôr teleológico – sendo esta uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, componente imprescindível de qualquer pensamento, desde os discursos cotidianos até a ciência. Segundo o autor, todo processo teleológico implica o pôr de um fim, portanto numa consciência que põe fins – é isto que distingue o pior arquiteto da melhor abelha: projetar mentalmente e chegar a um resultado que já existia idealmente. O pôr é o ato pelo qual a consciência dá início a um processo real e o trabalho, enquanto práxis humana é o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da materialidade material (Lukács, 2014). Portanto, a peculiaridade do ser social localiza-se no trabalho enquanto única forma existente de um ente teleologicamente produzido e na consciência humana implicada no trabalho – no pôr do fim e de seus meios.

No âmbito de nossa análise, as contribuições de Postone (2014) e Lukács (2013) acerca do trabalho fornecem a possibilidade de reconhecer, pelo menos: a) as práticas sociais, a práxis humana, objetiva e subjetiva no curso da vida cotidiana; b) a consciência humana a partir do pôr teleológico e, portanto, as visões de mundo e representações; c) aquilo que estrutura as ações e as mediações no âmbito da práxis. Esses três pontos se conectam aos conceitos de cotidiano e espaço como veremos posteriormente, à medida que revelam o sujeito, a ação, as representações, as mediações, sua produção, objetivamente e subjetivamente, numa perspectiva alienadora ou revolucionária – onde residem as contradições e tensões. Portanto, o trabalho na metrópole contemporânea, sob a égide da racionalidade neoliberal, revela uma práxis humana que atinge o “cúmulo da alienação” nas palavras de Dardot e Laval (2014, p.327), ao mencionar as técnicas

da empresa pessoal que pretendem “suprimir” qualquer sentimento de alienação – “obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós” – fazendo com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo, conduzindo-se como empresa à medida que o mercado lhe dirige. A fim de avançar em outras considerações e possibilidades, abordaremos o próximo conceito. A separação dos conceitos em tópicos visa um tratamento analítico e didático do tema, contudo, salientamos a necessidade de toma-los em conjunto, sempre traçando as conexões e tensões possíveis.

3.2 Cotidiano

De acordo com Carvalho (2007) a busca do conhecimento sobre a vida cotidiana aparece como preocupação filosófica, caracterizada como a vida de todos os dias e de todos os homens:

a vida dos gestos, relações e atividades rotineiras de todos os dias; um mundo de alienação; um espaço do banal, da rotina e da mediocridade; o espaço privado de cada um, rico em ambivalências, tragicidades, sonhos, ilusões; um mundo de existência social fictício/real, abstrato/concreto, heterogêneo/homogêneo, fragmentário/hierárquico; a possibilidade ilimitada de consumo sempre renovável; o micromundo social que contém ameaças e, portanto, carente de controle e programação política e econômica um espaço de resistência e possibilidade transformadora. (Carvalho, 2007, 14).

A vida cotidiana revela-se como objeto de pesquisas e, também, como centro de atenção do Estado e da produção capitalista de bens de consumo por ser uma base de rentabilidade econômica inesgotável, como afirma Carvalho (2007). Nesta perspectiva, a autora observa a vida cotidiana como o espaço modelado – pelo Estado e pela produção capitalista – “para erigir o homem em robô” (idem, p.19). Conforme nossa problemática, o cotidiano revela-se como *locus* de produção da subjetividade empresarial, através da ação do Estado-empresa submetido à norma da concorrência e do mercado enquanto realidade construída que necessita da instauração de um sistema de direito específico (Dardot e Laval, 2016, p.378). De acordo com os franceses, “a governamentalidade empresarial exige a universalização da norma da concorrência” – é na vida cotidiana que tal universalização se realiza. É na vida cotidiana que os processos de homogeneização, fragmentação e hierarquização encontram o sujeito em sua reprodução, alienada-alienadora-alienante. Conforme Carvalho (2007), a alienação contamina e sufoca a vida cotidiana – ela é ingrediente essencial da vida cotidiana – em seu duplo sentido: objetivo e subjetivo.

o trabalho deixa de ser uma atividade vital, criadora, prazerosa, para se tornar um mero meio de subsistência. O trabalho perdeu seu valor. Resta apenas o emprego e este é escasso no mundo tecnológico moderno, criando uma nova cisão alienante: os empregados passam a ser encarados como privilegiados, os não-empregados como marginais. Mas mantém-se a afirmação básica de Marx: o homem percebe o trabalho como algo alheio e externo a ele. O trabalho alienado não só produz mercadorias como produz o próprio homem como mercadoria. (...) a relação alienada entre os homens se transforma em relação entre estranhos e o próprio homem em estranho para si próprio. A sociedade deixa de ser um constitutivo de cidadãos e de vinculações coletivo-comunitária, livres e solidárias, para se transformar em massa alimentada pela fetichização. (Carvalho, 2007, p.41).

O cotidiano é um dos níveis constitutivos do histórico (Netto, 2007) e, neste sentido, torna-se fundamental para a compreensão das determinações do urbano contemporâneo, submetido ao processo de metropolização sob o signo da racionalidade neoliberal. De acordo com Netto (2007), a vida cotidiana é o alfa e o ômega da existência de todo e cada indivíduo, entretanto, a cotidianidade e suas determinações – que requisitam dos indivíduos respostas funcionais, imediatas – faz com que todo e cada indivíduo só se perceba como ser singular, subsumindo a dimensão genérica à dimensão da singularidade (idem, p.68). A subjetivação empresarial engendrada no curso do processo de metropolização contribui para que a dimensão genérica seja subsumida.

Compreendido enquanto o dado sensível e prático, o vivido, a vida cotidiana contém as possibilidades de transformações globais, pois também é o espaço da práxis revolucionária, a partir das classes e grupos sociais oprimidos em seu cotidiano vivido. Ao perceber o homem como ser prática e social, postura teórico-metodológica para o tratamento da vida cotidiana (Netto, 2007), rompe-se com a facticidade preservando o espaço da reprodução do indivíduo, todavia, enquanto produção do ser social como humano-genérico (idem, p.76). Neste sentido, o típico da vida cotidiana contemporânea situa-se na reificação das relações que o indivíduo enquanto tal desenvolve, sendo esta vida cotidiana o ponto de partida na crítica da economia política e do capitalismo. Como Netto (2007, p.90) afirma, o que está em jogo no centro da cotidianidade contemporânea é a universalização da objetividade imediata, instaurada nas formações econômico-sociais. A subjetivação empresarial no âmbito da metrópole transcorre pela casa, família, emprego, universidade e instituições; pelos lazeres e gestos, através do senso comum e da cientificidade – em tudo onde for possível à governamentalidade neoliberal cooptar. Portanto, enquanto esfera da reprodução, do local ao global, do imediato às mediações, do

concreto ao simbólico, o cotidiano é o domínio onde a práxis humana encontra sua materialidade e suas representações, onde o sujeito corporificado se constitui e é constituído, onde as ações se passam, sejam programadas ou espontâneas, passivas ou revolucionárias.

3.3 Espaço

O espaço, enquanto conceito-chave da ciência geográfica, já recebeu inúmeros tratamentos e seus debates não se esgotaram. Contudo, ao invés de trabalhar com abordagens clássicas acerca do espaço, traremos algumas contribuições da geógrafa Doreen Massey, especificamente da obra “Pelo Espaço” (2012), sobretudo porque versa a respeito de uma abordagem alternativa de espaço – que ilumina pontos nevrálgicos da problemática em questão.

Logo de início a autora apresenta três proposições que nortearão sua perspectiva sobre o espaço: a) o espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno; b) o espaço como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem, esfera da coexistência da heterogeneidade; e c) o espaço sempre em construção, jamais acaba e/ou fechado, sempre no processo de fazer-se (Massey, 2012, p.29). Tais considerações são fundamentais, segundo a autora, porque criam aberturas para a genuína esfera do político, numa perspectiva antiessencialista, na qual a espacialidade torna-se integrante da constituição das identidades, incluindo as subjetividades políticas e o reconhecimento mais completo da coexistência de outros, com suas próprias trajetórias e com sua própria história para contar. Neste sentido, pode-se falar sobre a “genuína abertura do futuro” que, para a geógrafa, consiste numa “insistência baseada em tentativa de escapar da inexorabilidade que, tão frequentemente, caracteriza as grandes narrativas ligadas à modernidade” (Massey, 2010, p.32). O espaço aberto é o espaço no qual há sempre conexões ainda por serem feitas, implicando que o futuro seja aberto – condição “para uma política que possa fazer a diferença” (idem).

A finalidade de Massey (2012) ao propor uma abordagem alternativa do espaço situa-se na libertação deste, para que ofereça um maior potencial político: *abrindo-o cria-se espaço para uma genuína multiplicidade de trajetórias, e assim, potencialmente, de vozes* (idem, p.89). Para a autora, pensar e praticar o espaço de outra maneira – pela mentalidade aberta da subjetividade praticada – pode repercutir em outros domínios:

Conceber o espaço como um recorte estático através do tempo, como representação, como um sistema fechado, e assim por diante, são todos modos de subjuga-lo. Eles nos permitem ignorar sua verdadeira relevância: as multiplicidades coetâneas de outras trajetórias e a necessária mentalidade aberta de uma subjetividade espacializada. (Massey, 2012, p.94).

Neste sentido, torna-se possível libertar o espaço da metropolização dessa teleologia empresarial pela qual as condições e determinações históricas do momento atual encarregam-se de o conformar. Mais que isso, uma abordagem alternativa é capaz de dissipar a narrativa única que vê no empreendedorismo e no sujeito empreendedor a única saída para a crise, visibilizando inter-relações antes escamoteadas, dando lugar a trajetórias e histórias que suspendem o cotidiano criando aberturas para o futuro. Destarte, o espaço aberto, em processo de fazer-se, confere centralidade ao trabalho enquanto prática de objetivação e subjetivação da produção do homem enquanto ser genérico – porque não está obstruído pelo constrangimento alienador que “converte a produção em finalidade do homem” (Lima, 2014, p.253). A multiplicidade de trajetórias e histórias implicadas nas inter-relações que produzem o espaço aberto revela a coexistência de múltiplas subjetividades e, nas conexões que estão por fazer-se, a emergência de subjetividades alternativas. Dominação, controle e hegemonias podem ser derribadas pelo movimento de pensar e praticar o espaço da vida cotidiana fora do esquema de troca do trabalho vivo por trabalho objetivado. A elisão da governamentalidade neoliberal enquanto virtualidade correlaciona-se às liberações e enunciações que a tríade espaço-cotidiano-trabalho instauram no ato de desvelar o possível.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum. 1ª edição, Rio de Janeiro: Record. 2016.
- HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. 1ª edição, São Paulo: edições Loyola, 2008.
- LENCIONI, Sandra. Metrópole, metropolização e regionalização. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- LIMA, Elias Lopes de. Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.



- LUKÁCS, Gyorgy. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. 3ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- NETTO, José Paulo. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Cotidiano, conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2007.
- POSTONE, Moische. Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.